

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

HABEAS CORPUS nº 203986-1 – Serra Talhada (Vara Criminal)

IMPETRANTE: **Vinicius Nunes Novaes.**

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

153

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO IRRAZOÁVEL PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. REGULARIDADE NO TRÂMITE DO FEITO. INSUFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO WRIT. RETARDO INATRIBUÍVEL AO JUDICIÁRIO OU AO MINISTÉRIO PÚBLICO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. GRAVIDADE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

5504
I – Muito embora se verifique um certo retardo no trâmite do feito, não há que se falar em constrangimento ilegal da paciente, apto a garantir-lhe a cessação da custódia vergastada, posto que o maior lapso temporal observado entre os atos processuais ocorreu justamente entre as datas designadas para realização do interrogatório do paciente, não restando esclarecido, por qualquer elemento de prova acostado, que tal retardo foi motivado pelo Judiciário, ou pelo Parquet. No mais, o processo segue trâmite regular, recebendo andamento adequado pelo magistrado de primeiro grau, mesmo diante da multiplicidade de réus, um deles foragido, e da necessidade de expedição de Cartas Precatórias, para ulitimação dos atos processuais. Necessidade imperiosa de aplicação do princípio da razoabilidade.

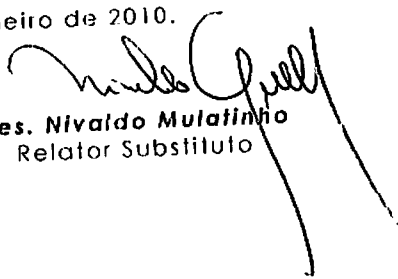
II – O paciente responde, ao todo, a quatro processos, todos pela prática de homicídios consumados e/ou tentados, tendo voltado a delinqüir após receber benefício da progressão de regime, praticando outros três crimes contra a vida, o último não consumado pela intervenção de policiais militares. Assim, inegável se mostra a necessidade de manutenção da custódia vergastada, com vistas, no mínimo, à garantia da ordem pública.

III – Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n. 203986-1, em que figuram como partes as reironominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão de 10/01/2010, à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto que seguem em anexo e que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



HABEAS CORPUS nº 203986-1 - Serra Talhada (Vara Criminal).

IMPETRANTE: **Vinicius Nunes Novaes.**

154

RELATORA: Desa. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

O adv. Vinicius Nunes Novaes, inscrito na OAB/PE sob o nº 21.651, ajuizou pedido de Ordem de Habeas Corpus Liberatório, em favor de **Inaldo de Melo Lima**, qualificado às fls. 02 dos autos, preso preventivamente, como incurso nas penas do artigo 121, §2º, incisos II e IV, c/c o artigo 29, ambos do Código Penal Pátrio, e à disposição do Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, requerendo a concessão monocrática do provimento urgencial, e sua posterior confirmação pelo Colegiado.

Alega o impetrante, na exordial de fls. 02/05, em síntese, a configuração de excesso de prazo irrazoável para a prolação de sentença (Processo nº 238.2007.001349-0).

O pedido de concessão de liminar foi indeferido (fls. 15/16).

A autoridade impetrada prestou as informações solicitadas (fls. 23/27).

O Ministério Público, em parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Luiz Diogo Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. 33/34).

É o relatório.

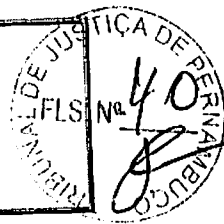
VOTO

Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado, juntamente com outros dois indivíduos, como incurso nas penas do artigo 121, §2º, incisos II e IV, c/c o artigo 29, ambos do Código Penal Pátrio, sob a acusação de ser o autor intelectual do assassinato de Raimundo Filho Pereira de Carvalho, ocorrido em 20.07.07. Não houve prisão em flagrante em relação a esse crime.

A peça acusatória foi ofertada em 11.09.07 e recebida em Juízo logo após, especificamente em 17.09.07, ocasião em que foi decretada a custódia cautelar dos acusados. A efetivação da prisão ocorreu nessa mesma data, tendo sido o paciente capturado em situação de flagrância, quando



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



atentava contra a vida de Jurandy Simões Jerry, não logrando êxito no intento homicida pela investida de policiais militares.

155

Segundo se infere das informações prestadas pela indigitada autoridade coatora, foi expedida Carta Precatória à Comarca de Salgueiro, com o fim de citar e interrogar o paciente, tendo sido designado a data de 09.01.08 para a audiência inaugural de interrogatório. Tal ato processual, entretanto, restou infrutífero, em virtude da remoção do paciente para o Hospital Regional de Caruaru, em suposto grave estado de saúde.

A ouvida de Inaldo de Melo Lima ultimou-se apenas em 27.02.09, tendo a audiência de instrução e julgamento ocorrido logo após, especificamente em 28.05.09. O feito, então, já instruído com as alegações finais de ambas as partes, aguarda apenas a prolação de sentença de pronúncia.

Assim, muito embora se verifique um certo retardo no trâmite do feito, não entendo configurado constrangimento ilegal da paciente, apto a garantir-lhe a cessação da custódia vergastada. O maior lapso temporal observado entre os atos processuais ocorreu justamente entre as datas designadas para realização do interrogatório, não restando esclarecido, por qualquer elemento de prova acostado, que tal retardo foi motivado pelo Judiciário, ou pelo Parquet.

Infere-se, apenas, dos autos, que a audiência inaugural teve que ser adiada pela impossibilidade de ouvir o réu, em razão do seu estado de saúde, o que motivou, como dito, sua transferência da unidade prisional em que se encontrava, para estabelecimento hospitalar. Não há informações sobre o tempo em que permaneceu o paciente sob cuidados médicos, não havendo como mensurar, por óbvio, o efetivo tempo em que o processo permaneceu sem impulso oficial.

No mais, o feito segue trâmite regular, recebendo andamento adequado pelo magistrado de primeiro grau, mesmo diante da multiplicidade de réus, um deles foragido, e da necessidade de expedição de Cartas Precatórias, para ulitimação dos atos processuais.

Assim, a explanação dos fatos está a demonstrar a necessidade de aplicação do princípio da razoabilidade, que impõe o temperamento do excesso prazal, quando as circunstâncias do caso evidenciam a existência de situações peculiares que justificam o alargamento do andamento do feito, bem como o comprometimento do magistrado com a boa marcha processual.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

156

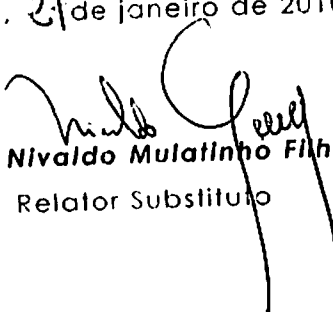


Importante referir que o paciente responde, ao todo, a quatro processos, todos pela prática de homicídios consumados e/ou tentados, já tendo, em relação ao primeiro deles, recebido a devida resposta penal, tendo sido-lhe aplicada a pena corporal de 08 (oito) anos de reclusão. Após receber o benefício da progressão de regime nesse feito, não hesitou em voltar a delinqüir, praticando outros três crimes contra a vida, o último não consumado pela intervenção de policiais militares. Assim, inegável se mostra a necessidade de manutenção da custódia vergastada, com vistas, no mínimo, à garantia da ordem pública.

Destaque-se, ao final, que a proximidade do encerramento do feito também milita em desfavor do paciente, evitando-se que, posta em liberdade, não venha jamais a cumprir a reprimenda que lhe venha a ser imposta, ou, o que é pior, volte a alentar contra a vida das pessoas, como é de seu costume.

Em sendo assim, e desnecessárias maiores digressões, voto pela denegação da ordem.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Nivaldo Mulatino Filho
Relator Substituto